

O QUE PODE SER FEITO

Leonardo Cavalcanti,
Solano Nascimento e Warner Bento Filho
Difequipe do Correio

Acoligação União do Povo — Muda Brasil divulgou, há uma semana, um documento com 66 diretrizes do programa da candidatura do petista Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República. Confrontadas com números e com avaliações de especialistas, algumas dessas metas se revelam ótimas idéias, outras equívocos, cópias ou utopias.

SAÚDE

APLICAR R\$ 250,00 ANUAIS POR HABITANTE EM PROGRAMAS DE SAÚDE

Possível, desde que se encontre recursos.

Para chegar a isso, é preciso dobrar o orçamento do Ministério da Saúde, que é de R\$ 19,5 bilhões. Essa não é uma meta impossível. É preciso, no entanto, que a saúde seja priorizada na divisão do bolo do Orçamento Geral", diz o secretário nacional de assistência à Saúde no governo Itamar Franco, o médico Gilson Carvalho. Para ele, o estado deve melhorar a sua capacidade de atendimento à população. Isso só se resolve com mais recursos.

Segundo levantamento da Organização Panamericana de Saúde (OPAS), países vizinhos do Brasil, como o Chile, a Argentina, o Uruguai e o México gastam mais de R\$ 250,00 ao ano por pessoa. Para o professor Eugênio Vilaça, da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais, o problema de Lula é explicar de onde poderá tirar esse dinheiro.

"Evidente que o dinheiro para a saúde é fundamental, a questão é que existe um déficit público (a diferença entre o que arrecadado é gasto pela União) que não pode ser esquecido". Vilaça também aponta para uma possível dificuldade do governo em gerenciar o dobro dos recursos atuais. "É preciso que o estado esteja preparado para administrar essas verbas".

EDUCAÇÃO

ERRADICAR O ANALFABETISMO

Meta considerada impossível

Nem países desenvolvidos conseguiram acabar totalmente com o analfabetismo. O que é possível, dizem os especialistas, é derrubar a taxa de analfabetismo do Brasil para os níveis de países como Argentina, Uruguai e Chile, onde a população acima de 14 anos que não sabe ler nem escrever não passa de 4% do total.

No Brasil, os analfabetos absolutos — gente que sequer consegue assinar o nome — chegam a 16% da população adulta, cerca de 15 milhões de pessoas. Média semelhante a de países como Bolívia, República Dominicana e Jamaica.

"Zerar o analfabetismo no país é muito difícil, mas é possível reduzi-lo consideravelmente, basta ter vontade política", diz Sérgio Haddad, secretário executivo da Ação Educativa de São Paulo, uma organização não-governamental que presta assessoria na área de educação.

O ex-reitor da Universidade de Brasília, João Cláudio Todorov, elogia a idéia da coligação de Lula de atacar o analfabetismo com um mutirão. "Com uma mobilização de toda a sociedade, é possível", afirma. Foi o que ocorreu em Cuba há três décadas, onde o analfabetismo foi quase erradicado com um mutirão de jovens escolarizados que trabalharam voluntariamente. "Eu estudei na universidade até as cinco da tarde e dessa hora até às sete, lecionava para duas moças. Em um

Lula, por exemplo, quer erradicar o analfabetismo, coisa que nem os países desenvolvidos conseguiram totalmente. Segundo os especialistas ouvidos pelo Correio, o que é possível é fazer com que o país se aproxime dos índices nada modestos dos vizinhos Argentina, Uruguai e Chile. Hoje, estamos no nível da Bolívia, República Dominicana e Jamaica.

A coligação do PT tem objetivos que esbarram, ainda, em recursos que precisarão ser retirados de outra

área. Uma das prioridades, por exemplo, é a Saúde e a idéia é destinar para a área R\$ 250,00 anuais por habitante. Para chegar a essa quantia, é preciso dobrar o valor das verbas do atual orçamento da saúde.

Outras propostas são possíveis de serem cumpridas, mas não pelo governo federal sozinho. Por exemplo, assentar 1 milhão de famílias em quatro anos. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (In-



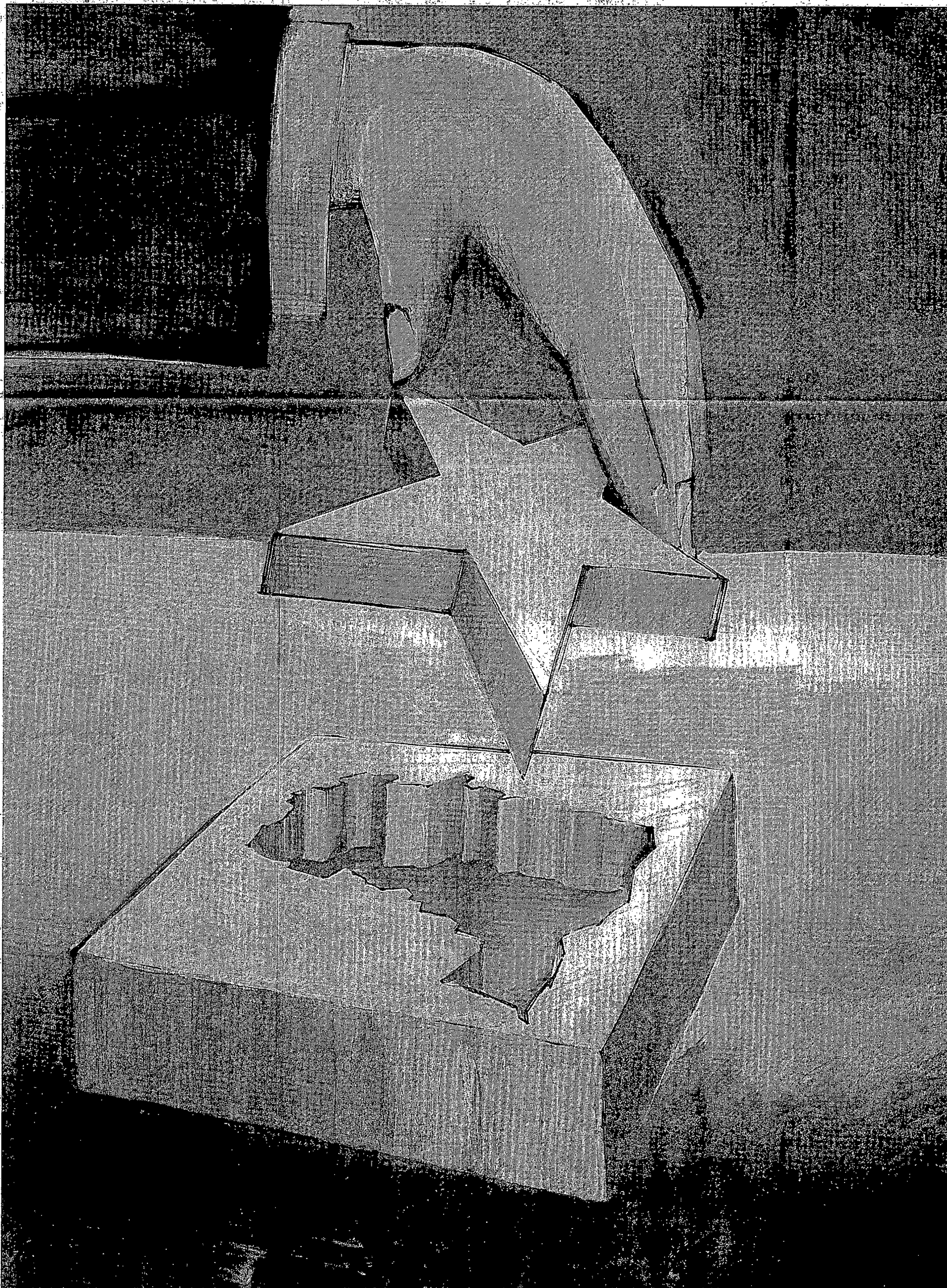
fra) não têm condições de cumprir esta meta sem a ajuda dos estados e municípios.

O documento divulgado por Lula prevê ainda o aumento dos estoques reguladores de feijão e arroz. Nesse ponto, ele esbarra em um obstáculo físico: o lugar para armazenar 480 mil toneladas de feijão — mais que o triplo do que foi armazenado pelo governo na última safra, sem contar 1,7 milhão de toneladas de arroz.

Só isso esgotaria a capacidade de todos os armazéns da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que têm capacidade para 2,1 milhões de toneladas. Seria preciso assim usar a estrutura de depósitos estaduais, municipais e particulares para fazer o armazenamento, o que já costuma ocorrer.

Veja a seguir uma avaliação de vários especialistas sobre algumas das principais promessas da aliança que une PT, PDT, PSB, PCdoB e PCB na disputa pelo Palácio do Planalto.

Ilustração: Chico Régis



básicos equivalentes a 15% da demanda, principalmente feijão e arroz. Para fazer isso seria preciso armazenar 480 mil toneladas de feijão — mais que o triplo do armazenado pelo governo na última safra — e 1,7 milhão de toneladas de arroz — cerca de 20% além do armazenado atualmente.

Somente com esses dois produtos um possível governo de Lula encheria todos os armazéns da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que têm capacidade para 2,1 milhões de toneladas. Seria preciso assim usar a estrutura de depósitos estaduais, municipais e particulares para fazer o armazenamento, o que já costuma ocorrer. Todos os depósitos credenciados para operar com o governo têm juntos capacidade para armazenar 50 milhões de toneladas.

O aumento nos estoques reguladores de alimentos é defendido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), criado pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, e responsável pela coordenação de uma campanha de combate à fome deflagrada em 1994. "A formação de estoques é muito importante para regular preços em momentos de emergência", diz Francisco Menezes, coordenador de Segurança Alimentar do Ibase. Ele acha que atualmente não está sendo dada a atenção necessária a esta formação e que o país está ficando muito dependente da importação de alimentos, o que é perigoso para a "soberania no campo alimentar".

Salários

DUPLICAR O SALÁRIO MÍNIMO

Bom para os pobres, ruim para o INSS

O documento Diretrizes do Programa de Governo promete a recuperação do salário mínimo com o compromisso de "pelo menos" dobrar seu valor real. Isso representaria, em valores atuais, um salário de R\$ 260, e beneficiaria muita gente. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que 15,3% da população economicamente ativa do país recebem até um salário. Hoje, esses assalariados precisam gastar 76,58% do total de seu rendimento somente para comprar a cesta básica alimentar, composta por 13 itens, segundo cálculos do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese).

O aumento do salário mínimo tem reflexos positivos para os cofres da União por carregar, em seu rastro, um aumento na arrecadação de impostos, em grande parte atrelados a seu valor. Só que a majoração do mínimo implica também o aumento nos gastos do governo.

"O risco do aumento do salário mínimo está relacionado com o aumento do desembolso do caixa da Previdência Social — afinal, o índice dos benefícios está ligado com o aumento do mínimo", afirma o professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília, David Fleisher. Somente para pagar aos 12 milhões de aposentados e pensionistas do INSS que ganham um salário mínimo o dobro do valor atual a União precisaria gastar R\$ 74,9 milhões.

ano, elas já sabiam ler e escrever corretamente", lembra a professora universitária Mirian Cardonne, então estudante de Ciências Econômicas em Havana.

JUSTIÇA

REFORMAR A JUSTIÇA

Um paliativo

A coligação quer fazer uma reforma na Justiça do Trabalho —

tentativa de apressar a solução dos processos trabalhistas — e criar uma Justiça Agrária para tornar mais ágeis os processos envolvendo crimes no campo e desapropriação de terras.

"Não há dúvida de que a Justiça Trabalhista precisa ser reformulada. Com o atual modelo, os patrões conseguem protelar por um longo período a solução dos processos. O pior é que não existe uma forma de evitar que isso aconteça", considera o advogado trabalhista Ulisses Riedel.

"Criar varas agrárias é um paliativo, mas não uma solução para o problema nessa área", diz Eugênio José Guilherme de Aragão, coordenador de Graduação do Departamento de Direito da Universidade de Brasília (UnB). Na avaliação de Aragão, o mais importante para tornar mais eficiente a Justiça na área agrária e em outras é uma reforma no Judiciário, que também é uma das metas do programa da coligação que apóia Lula. Na avaliação do professor, é preciso acabar com a prática de governadores e o

presidente nomearem membros dos tribunais.

Alimentos

AUMENTAR OS ESTOQUES REGULADORES DE ALIMENTOS

Boa estratégia

O documento divulgado por Lula prevê entre as metas para combater a fome no país a manutenção de estoques reguladores de alimentos